

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

		<u>Em Reais</u>		
Descrição	Ativo		2018	2017
	Nota			
Circulante			65.957.555,49	50.730.713,13
Disponibilidades	4		1.726.034,74	676.914,14
Títulos e Valores Mobiliários	5		187.407,36	136.367,92
Carteira Própria			-	21.787,55
Vinculados à Prestação de Garantias			187.407,36	114.580,37
Relações Interfinanceiras	6		38.323.961,62	28.237.833,06
Centralização Financeira			38.323.961,62	28.237.833,06
Operações de Crédito	7		25.076.008,14	20.827.690,07
Operações de Crédito			26.574.603,38	21.762.342,29
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(1.498.595,24)	(934.652,22)
Outros Créditos	8		553.939,46	806.854,34
Avais e Fianças			66.680,00	60.779,87
Rendas a Receber			262.469,53	221.185,93
Diversos			376.986,85	786.505,20
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(152.196,92)	(261.616,66)
Outros Valores e Bens	9		90.204,17	45.053,60
Outros Valores e Bens			49.729,10	8.688,10
Despesas Antecipadas			40.475,07	36.365,50
Não Circulante			27.747.213,04	20.564.735,67
Realizável a Longo Prazo			24.209.743,33	17.585.000,20
Títulos e Valores Mobiliários	5		-	114.648,37
Vinculados à Prestação de Garantias			-	114.648,37
Operações de Crédito	7		24.116.571,95	17.374.973,83
Operações de Crédito			25.270.462,94	17.931.869,38
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(1.153.890,99)	(556.895,55)
Outros Créditos	8		93.171,38	95.378,00
Diversos			125.771,05	95.378,00
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(32.599,67)	-
Investimentos	10		1.695.413,88	1.655.947,48
Ações e Cotas			1.695.413,88	1.655.947,48
Imobilizado	11		1.835.087,94	1.312.148,47
Outras Imobilizações de Uso			3.201.394,79	2.294.954,84
(-) Depreciações Acumuladas			(1.366.306,85)	(982.806,37)
Intangível			6.967,89	11.639,52
Softwares			23.366,19	23.366,19
(-) Amortizações Acumuladas			(16.398,30)	(11.726,67)
Total do Ativo			93.704.768,53	71.295.448,80

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

		<u>Em Reais</u>		
Descrição	Passivo		2018	2017
	Nota			
Circulante			77.751.520,39	57.425.359,10
Depósitos	12		75.758.138,13	55.131.025,42
Depósitos à Vista			18.660.187,56	12.503.709,56
Depósitos sob Aviso			-	38.181,44
Depósitos à Prazo			57.097.950,57	42.589.134,42
Relações Interfinanceiras	13		28.900,01	-
Repasse Interfinanceiros			28.900,01	-
Relações Interdependências	14		246,32	2.984,98
Recursos em Trânsito de Terceiros			246,32	2.984,98
Obrigações por Empréstimos	13		185.380,00	363.735,92
Empréstimos no País-Outras Instit.			185.380,00	363.735,92
Outras Obrigações	15		1.778.855,93	1.927.612,78
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			40.266,91	39.227,18
Sociais e Estatutárias	15.1		346.407,93	482.609,54
Fiscais e Previdenciárias	15.2		146.742,04	122.423,73
Diversas	15.3		1.245.439,05	1.283.352,33
Não Circulante			65.510,21	219.806,29
Relações Interfinanceiras	13		16.777,94	104.751,43
Repasse Interfinanceiros			16.777,94	104.751,43
Obrigações por Empréstimos	13		-	115.054,86
Empréstimos no País-Outras Instit.			-	115.054,86
Outras Obrigações	15		48.732,27	-
Diversas	15.3		48.732,27	-
Patrimônio Líquido	17		15.887.737,93	13.650.283,41
Capital Social	17.a		11.104.204,87	9.238.082,93
Reserva de Sobras			4.420.038,39	3.592.255,01
Sobras do Período			363.494,67	819.945,47
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			93.704.768,53	71.295.448,80

Alfeu Antonio Mengarda
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Nota	Em Reais		
		2º Semestre 2018	2018	2017
Ingressos da Intermediação Financeira	18	5.538.451,48	10.883.524,00	9.217.136,04
Resultado com operações de crédito		5.532.676,00	10.869.870,48	8.634.684,66
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		5.775,48	13.653,52	582.451,38
Dispêndios da Intermediação Financeira	19	(3.374.737,84)	(5.727.392,84)	(3.583.917,10)
Operações de captação no mercado	12.a	(1.642.344,50)	(3.090.125,98)	(2.639.146,87)
Operações de empréstimos e repasses		(3.572,67)	(10.102,20)	(9.515,70)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.728.820,67)	(2.627.164,66)	(935.254,53)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.163.713,64	5.156.131,16	5.633.218,94
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.968.835,70)	(4.196.502,57)	(3.673.720,80)
Receitas de prestação de serviços		1.556.692,46	2.717.956,09	1.601.595,97
Despesas de pessoal		(2.793.106,86)	(5.278.031,09)	(3.609.160,00)
Outras despesas administrativas		(2.391.755,58)	(5.026.616,35)	(3.077.015,49)
Despesas Tributárias		(44.018,81)	(97.001,49)	(56.181,42)
Outras Receitas Operacionais	18.1	2.034.074,88	4.014.467,93	1.942.804,05
Outras Despesas Operacionais	19.1	(330.721,79)	(527.277,66)	(475.763,91)
Resultado operacional		194.877,94	959.628,59	1.959.498,14
Resultado não operacional	20	8.423,93	59.429,21	(104.112,23)
Resultado antes da tributação e da participação nas sobras		203.301,87	1.019.057,80	1.855.385,91
Imposto de renda e contribuição social		(25.832,32)	(58.134,98)	(1.191,68)
Imposto de Renda		(11.846,67)	(26.660,63)	(546,50)
Contribuição Social		(13.985,65)	(31.474,35)	(645,18)
Participação nas Sobras		(35.616,99)	(256.543,18)	-
Sobras líquidas		141.852,56	704.379,64	1.854.194,23

Alfeu Antonio Mengarda
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras A Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2016	4.737.004,09	619.591,95	1.323.729,66	548.277,66	7.228.603,36
MUTAÇÕES EM 2017	4.501.078,84	507.183,69	1.141.749,71	271.667,81	6.421.680,05
Destinação de Sobras					
Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	219.311,06	(219.311,06)	-
Ao Capital	326.737,31	-	-	(326.737,31)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	(2.229,29)	(2.229,29)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.461.024,10	-	-	-	1.461.024,10
Por Devolução (-)	(129.183,87)	-	-	-	(129.183,87)
Por Subscrição/Incorporação	2.842.501,30	-	-	-	2.842.501,30
Sobras Líquidas	-	-	-	1.854.194,23	1.854.194,23
Sobras Líquidas Por Incorporação	-	-	-	224.900,82	224.900,82
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	204.986,37	922.438,65	(1.127.425,02)	-
FATES	-	-	-	(131.724,56)	(131.724,56)
Outros Eventos					
Por Reservas / Incorporação	-	302.197,32	-	-	302.197,32
SALDO EM 31/12/2017	9.238.082,93	1.126.775,64	2.465.479,37	819.945,47	13.650.283,41
MUTAÇÕES EM 2018	1.866.121,94	90.873,67	736.909,71	(456.450,80)	2.237.454,52
Destinação de Sobras					
Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	327.978,19	(327.978,19)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(120.539,82)	(120.539,82)
Ao Capital	370.215,99	-	-	(370.215,99)	-
Por Incorporação	39.965,09	-	-	-	39.965,09
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	(1.211,47)	(1.211,47)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.886.262,70	-	-	-	1.886.262,70
Por Devolução (-)	(430.321,84)	-	-	-	(430.321,84)
Sobras Líquidas	-	-	-	704.379,64	704.379,64
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	90.873,67	408.931,52	(499.805,19)	-
FATES	-	-	-	(172.445,10)	(172.445,10)
Outros Eventos					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	331.365,32	331.365,32
SALDO EM 31/12/2018	11.104.204,87	1.217.649,31	3.202.389,08	363.494,67	15.887.737,93

Alfeu Antonio Mengarda
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais		
	2º SEMESTRE 2018	2018	2017
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
<u>Ajustes:</u>			
Sobras/Perdas do Exercício	203.301,87	1.019.057,80	1.855.385,91
IRPJ / CSLL	(25.832,32)	(58.134,98)	(1.191,68)
Provisão para Operações de Crédito	820.790,15	1.160.938,46	647.484,32
Participação nas Sobras	(35.616,99)	(256.543,18)	-
Depreciações e Amortizações	208.147,33	388.172,11	422.016,14
	1.170.790,04	2.253.490,21	2.923.694,69
Aumento (redução) em ativos operacionais	(10.437.995,78)	(11.877.274,79)	(17.098.924,51)
Títulos e Valores Mobiliários	63.252,16	63.608,93	(221.039,02)
Operações de Crédito	(10.500.953,78)	(12.150.854,65)	(16.551.261,07)
Outros Créditos	(35.173,16)	255.121,50	(293.240,37)
Outros Valores e Bens	34.879,00	(45.150,57)	(33.384,05)
Aumento (redução) em passivos operacionais	13.604.087,48	20.171.865,21	25.427.771,22
Depósitos à Vista	8.179.592,24	6.156.478,00	6.951.160,61
Depósitos sob Aviso	(33.388,14)	(38.181,44)	32.311,85
Depósitos a Prazo	6.107.553,91	14.508.816,15	17.765.184,54
Outras Obrigações	(333.938,23)	(100.024,58)	605.567,64
Relações Interdependências	(329,54)	(2.738,66)	1.713,06
Relações Interfinanceiras	(43.372,89)	(59.073,48)	(186.534,74)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(272.029,87)	(293.410,78)	258.368,26
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.336.881,74	10.548.080,63	11.252.541,40
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>			
Investimento	-	(39.466,40)	(809.153,15)
Imobilizações de Uso	(221.742,42)	(906.439,95)	(854.885,32)
Intangível	-	-	(23.366,19)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(221.742,42)	(945.906,35)	(1.687.404,66)
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.078.069,51	1.926.227,79	1.461.024,10
Devolução de Capital a Cooperados	(38.212,17)	(430.321,84)	(129.183,87)
Por Subscrição/Incorporação	-	-	2.842.501,30
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(1.211,47)	(2.229,29)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(120.539,82)	-
FATES	(172.445,10)	(172.445,10)	(131.724,56)
Absorção de Despesas - FATES	331.365,32	331.365,32	-
Sobras Líquidas Por Incorporação	-	-	224.900,82
Por Reservas / Incorporação	-	-	302.197,32
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.198.777,56	1.533.074,88	4.567.485,82
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.313.916,88	11.135.249,16	14.132.622,56
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	34.736.079,48	28.914.747,20	14.782.124,64
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	40.049.996,36	40.049.996,36	28.914.747,20
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.313.916,88	11.135.249,16	14.132.622,56

Alfeu Antonio Mengarda
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE EUROPEU - SICOOB EURO VALE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **21/07/1987**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em **2017**, a então **SICOOB CREDIPÉROLA** promoveu a incorporação da Cooperativa de Crédito dos Corretores e Demais Técnicos de Seguros do estado de Santa Catarina – SICOOB CREDICOR-SC CNPJ: 02.295.034/0001-86, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 1/11/2017. A homologação da incorporação pelo Banco Central do Brasil – BACEN ocorreu em 7 de maio de 2018 por meio do Ofício 7.740/2018, no qual também homologou a alteração estatutária da cooperativa e a mudança da denominação social para **COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE EUROPEU - SICOOB EURO VALE**.

O **SICOOB EURO VALE** possui **9** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BENEDITO NOVO - SC, POMERODE - SC, TIMBÓ - SC, BLUMENAU - SC, FLORIANÓPOLIS - SC**.

O **SICOOB EURO VALE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva pela Administração em 18/2/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de

liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios/despesas e os ingressos/receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, dos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 9.580/2018. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	706.227,74	661.490,76
Numerários em Trânsito	1.019.807,00	223,32
Depósitos Bancários	-	15.200,06
TOTAL	1.726.034,74	676.914,14

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	-	21.787,55
Vinculados a Prestação de Garantias	187.407,36	229.228,74
TOTAL	187.407,36	251.016,29

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

6. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	38.323.961,62	28.237.833,06
TOTAL	38.323.961,62	28.237.833,06

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	63.075,35	-	63.075,35	84.420,70
Empréstimos	20.380.366,90	22.228.017,58	42.608.384,48	29.662.699,68
Títulos Descontados	3.987.884,36	632,43	3.988.516,79	3.019.093,43
Financiamentos	2.105.854,19	3.033.557,56	5.139.411,75	6.823.246,43
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	37.422,58	8.255,37	45.677,95	104.751,43
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.498.592,98)	(1.153.893,25)	(2.652.486,23)	(1.356.547,77)
(-) Outros Créditos	-	-	-	(135.000,00)
TOTAL	25.076.010,40	24.116.569,69	49.192.580,09	38.202.663,90

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	1.481.940,70	78,08	45.694,02	-	1.527.712,80	-	2.105.839,36	-
A 0,5% Normal	11.562.821,23	70.947,13	1.262.172,62	45.677,95	12.941.618,93	(64.708,09)	13.724.557,78	(68.622,79)
B 1% Normal	14.933.727,85	529.991,93	1.544.168,15	-	17.007.887,93	(170.078,88)	14.141.864,19	(141.418,64)
B 1% Vencidas	56.562,40	1.215,40	5.819,41	-	63.597,21	(635,97)	1.045.362,90	(10.453,63)
C 3% Normal	10.864.565,11	703.678,94	1.466.153,47	-	13.034.397,52	(391.031,93)	5.198.419,84	(155.952,60)
C 3% Vencidas	313.443,70	14.756,62	144.305,92	-	472.506,24	(14.175,19)	1.689.677,34	(50.690,32)
D 10% Normal	2.830.072,55	144.698,86	307.258,04	-	3.282.029,45	(328.202,95)	154.921,81	(15.492,18)
D 10% Vencidas	1.265.620,62	7.012,47	82.115,34	-	1.354.748,43	(135.474,84)	126.981,48	(12.698,15)
E 30% Normal	258.875,22	44.155,11	30.026,96	-	333.057,29	(99.917,19)	116.092,48	(34.827,74)
E 30% Vencidas	230.566,00	6.296,96	50.542,38	-	287.405,34	(86.221,60)	593.918,16	(178.175,45)
F 50% Normal	79.266,83	3.576,09	-	-	82.842,92	(41.421,46)	25.968,99	(12.984,50)
F 50% Vencidas	143.325,77	22.184,95	3.763,50	-	169.274,22	(84.637,11)	163.536,67	(81.768,34)
G 70% Normal	4.898,32	3.720,75	-	-	8.619,07	(6.033,35)	700,00	(490,00)
G 70% Vencidas	90.593,88	23.567,98	50.577,13	-	164.738,99	(115.317,69)	44.658,09	(31.260,85)
H 100% Normal	33.501,30	-	35.882,08	-	69.383,38	(69.383,38)	48.744,31	(48.744,31)
H 100% Vencidas	898.466,36	35.847,51	110.932,73	-	1.045.246,60	(1.045.246,60)	512.968,27	(512.968,27)
Total Normal	42.049.669,11	1.500.846,89	4.691.355,34	45.677,95	48.287.549,29	(1.170.777,23)	35.517.108,76	(478.532,76)
Total Vencidos	2.998.578,73	110.881,89	448.056,41	-	3.557.517,03	(1.481.709,00)	4.177.102,91	(878.015,01)
Total Geral	45.048.247,84	1.611.728,78	5.139.411,75	45.677,95	51.845.066,32	(2.652.486,23)	39.694.211,67	(1.356.547,77)
Provisões	(2.209.567,91)	(125.356,71)	(317.333,22)	(228,39)	(2.652.486,23)	-	(1.356.547,77)	-
Total Líquido	42.838.679,93	1.486.372,07	4.822.078,53	45.449,56	49.192.580,09	-	38.337.663,90	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.906.442,50	13.925.270,97	22.228.017,58	41.059.731,05
Financiamentos	652.658,37	1.453.195,82	3.033.557,56	5.139.411,75
Financiamentos Rurais	8.522,57	28.900,01	8.255,37	45.677,95
Títulos Descontados	3.837.169,95	150.714,41	632,43	3.988.516,79
Conta Corrente	1.586.217,84	25.510,94	-	1.611.728,78
TOTAL	10.991.011,23	15.583.592,15	25.270.462,94	51.845.066,32

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	26.733,14	485.922,18	43.615,19	-	556.270,51	1,07%
Setor Privado - Indústria	31.729,42	1.062.386,50	46.497,81	-	1.140.613,73	2,20%
Setor Privado - Serviços	1.112.612,12	29.389.528,78	3.759.618,10	-	34.261.759,00	66,08%
Pessoa Física	419.869,56	15.033.275,21	138.785,69	45.677,95	15.637.608,41	30,16%
Outros	20.784,54	228.030,13	-	-	248.814,67	0,48%
TOTAL	1.611.728,78	46.199.142,80	3.988.516,79	45.677,95	51.845.066,32	100%

e) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	5.130.973,16	986.437,44
Valor das Operações Transferidas no período	1.449.464,19	4.373.466,03
Valor das Operações Recuperadas no período	(390.006,03)	(228.930,31)
TOTAL	6.190.431,32	5.130.973,16

8. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	66.680,00	60.779,87
Rendas a Receber	262.469,53	221.185,93
Diversos (a)	502.757,90	881.883,20
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(184.796,59)	(261.616,66)
TOTAL	647.110,84	902.232,34

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por depósitos em garantia, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, devedores diversos, impostos e contribuições a compensar e adiantamentos e antecipações salariais.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

9. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	46.553,15	5.512,15
Material em Estoque	3.175,95	3.175,95
Despesas Antecipadas (b)	40.475,07	36.365,50
TOTAL	90.204,17	45.053,60

(a) Em Bens Não de Uso Próprio, estão registrados valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento e/ou objeto de expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados e outros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em Cooperativa Central de Crédito	1.629.331,54	1.597.719,15
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	66.082,34	58.228,33
TOTAL	1.695.413,88	1.655.947,48

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Instalações	10%	794.521,99	465.171,32
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(209.417,22)	(100.082,45)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	886.166,42	656.070,35
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(336.043,62)	(255.733,85)
Sistema de Comunicação	20%	70.532,61	50.068,82
Sistema de Processamento de Dados	10%	967.693,50	769.504,98
Sistema de Segurança	10%	210.657,56	157.816,66
Sistema de Transporte	20%	271.822,71	196.322,71
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(820.846,01)	(626.990,07)
TOTAL		1.835.087,94	1.312.148,47

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	18.660.187,56	12.503.709,56
Depósito Sob Aviso	-	38.181,44
Depósito a Prazo	57.097.950,57	42.589.134,42
TOTAL	75.758.138,13	55.131.025,42

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.737,04)	(780,96)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.993.839,35)	(2.584.113,19)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(94.549,59)	(54.252,72)
TOTAL	(3.090.125,98)	(2.639.146,87)

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses e Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	185.380,00	478.790,78
Recursos do Bancoob	46.458,83	108.631,39
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(780,88)	(3.879,96)
TOTAL	231.057,95	583.542,21

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	246,32	2.984,98
TOTAL	246,32	2.984,98

(a) Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços públicos, conforme contrato de prestação de serviços.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	40.266,91	39.227,18
Sociais e Estatutárias	346.407,93	482.609,54
Fiscais e Previdenciárias	146.742,04	122.423,73
Diversas	1.294.171,32	1.283.352,33
TOTAL	1.827.588,20	1.927.612,78

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	45.436,84	200.992,87
Resultado de Atos com Não Associados (a)	295.991,68	281.616,67
Cotas de Capital a Pagar (b)	4.979,41	-
TOTAL	346.407,93	482.609,54

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	4.281,87	-
Impostos e contribuições a recolher	142.460,17	122.423,73
TOTAL	146.742,04	122.423,73

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	225,00	3.620,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	28.278,53	18.588,29
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	752.054,51	954.151,75
Provisão para Passivos Contingentes (b)	190.295,73	116.502,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	113.765,45	89.256,54
Credores Diversos – País (d)	209.552,10	101.233,75
TOTAL	1.294.171,32	1.283.352,33

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	97.555,73	97.555,73	95.378,00	95.378,00
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	74.000,00	28.215,32	-	-
Outros	18.740,00	-	21.124,00	-
TOTAL	190.295,73	125.771,05	116.502,00	95.378,00

COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo da COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB EURO VALE** existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 574.432,07 (quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sete centavos). Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis.

(c) A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2018	Valor Provisionado em 31/12/2017
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	113.765,45	89.256,54

(d) Refere-se, substancialmente, pendências a regularizar Bancoob e cheques descontados.

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB EURO VALE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	11.104.204,87	9.238.082,93
Associados	10.932	9.793

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 45%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras do Período

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/3/2018 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 819.945,47 (oitocentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), com destinação para o FEF – Fundo de Estabilidade Financeira no valor de R\$ 327.978,19 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e oito reais e dezenove centavos), pela distribuição em conta corrente dos associados no valor de R\$122.991,82 (cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos) e pela distribuição mediante capitalização de novas quotas de capital, proporcionalmente as operação por eles realizadas, no valor de R\$ 368.975,46 (trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	704.379,64	1.854.194,23
02. (+/-) Demais Resultados	331.365,32	224.900,82
(+) Sobras por Incorporação	-	224.900,82
(+) Realização do FATES	331.365,32	-
03. Resultado do Período (1+2)	1.035.744,96	2.079.095,05
(-) FATES Resultado com Não Associados	(127.008,26)	(29.231,38)
(-) FATES	(45.436,84)	(102.493,18)
(-) Reserva Legal	(90.873,67)	(204.986,37)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(408.931,52)	(922.438,65)
04. Sobras a Disposição da AGO	363.494,67	819.945,47

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	277.171,70	218.912,72
Rendas de Empréstimos	7.631.627,42	5.306.888,08
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.125.916,49	1.185.073,19
Rendas de Financiamentos	1.426.678,14	1.604.582,95
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.483,87	6.866,65
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	956,43	680,65
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	3.629,23
Rendas de Títulos de Renda Fixa	13.653,52	582.451,38
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	406.036,43	308.051,19
TOTAL	10.883.524,00	9.217.136,04

18.1 Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	618.517,47	416.274,99
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	85,15	-
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	155.625,38	58.317,45
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.569.252,67	1.091.883,38
Atualização de Depósitos Judiciais	2.177,74	17.989,59
Rendas Juros Cartão de Crédito	223.081,11	143.465,02
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	29.472,64	19.640,08
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	21.620,98	12.973,16
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	45.357,03	26.396,61
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	66.827,42	39.282,82
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	52.547,14	30.249,70
Receita Volume Financeiro - Rede	-	5,36
Dividendos	7.856,72	7.301,95
Distribuição de Sobras da Central	31.612,39	-
Outras Rendas Operacionais	190.434,09	79.023,94
TOTAL	4.014.467,93	1.942.804,05

19. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas de Captação	(3.090.125,98)	(2.639.146,87)
Despesas de Obrigações por Empréstimos E Repasses	(10.102,20)	(9.515,70)
Provisões para Operações de Crédito	(2.944.447,25)	(1.430.336,27)
Provisões para Outros Créditos	(180.362,60)	(103.487,63)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	379.100,86	306.906,82
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	118.544,33	291.662,55
TOTAL	(5.727.392,84)	(3.583.917,10)

19.1 Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(58.785,13)	(67.673,42)
Despesas de Descontos Concedidos	(19,76)	(136.741,76)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(149.590,21)	(104.256,65)
Provisão para Passivos Contingentes	(2.177,73)	(39.113,59)
Provisão para Passivos Trabalhistas	(48.784,68)	-
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(494,19)	(7.945,62)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.496,79)	(2.868,30)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(800,54)	(1.523,00)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(111.342,25)	(82.603,67)
Outras Despesas Operacionais	(153.786,38)	(33.037,90)
TOTAL	(527.277,66)	(475.763,91)

20. Resultado Não Operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	12.502,42	13.857,85
Reversão de Provisões não Operacionais	107.936,53	64.693,54
Outras Rendas não Operacionais	-	67,49
(-) Perdas de Capital	(13.907,43)	(42.932,92)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(47.102,31)	(128.735,43)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(11.062,76)
Resultado Líquido	59.429,21	(104.112,23)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	8.990,32	2,19%
Empréstimo	122.555,69	0,25%
Financiamento	32.449,82	0,63%
Títulos Descontados	1.630,91	0,04%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	84.289,06	0,45%	0%
Depósitos a Prazo	3.640.088,11	6,38%	0,49%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,44%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%

b) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	2.888.169,63
Títulos Descontados	137.757,78

c) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018
--



Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	658.053,40
Encargos Sociais	145.179,94

22. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE EUROPEU - SICOOB EURO VALE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB EURO VALE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR* – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental



O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros Contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB EURO VALE** adotou a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), nos termos da Resolução CMN nº 4.606 de 19/10/2017, e Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2018**.



26. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, Plano Setorial Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 2% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de **2018** totalizaram R\$ 16.725,01 (dezesesseis mil, setecentos e vinte e cinco reais e um centavo).

Alfeu Antonio Mengarda
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC